



Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXVII — Nº 139

QUARTA-FEIRA, 22 DE JULHO DE 1992

BRASÍLIA — DF

Sumário

	Página
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	11105
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	11106
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	11106
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	11107
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL — Conselho Federal.....	11107

Tribunal Superior Eleitoral

Secretaria de Coordenação Eleitoral

Subsecretaria de Taquigrafia, Acórdãos e Resoluções

ATA DA 59ª SESSÃO, EM 2 DE JUNHO DE 1992.

SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência do Senhor Ministro Paulo Brossard. Presentes os Senhores Ministros Sepúlveda Pertence, Carlos Velloso, Américo Luz, José Cândido, Hugo Gueiros e Torquato Jardim. Compareceu o Dr. Geraldo Brindeiro, Vice-Procurador-Geral Eleitoral. Secretário, Alberto Veronese Aguiar. Não compareceu, por motivo justificado, o Dr. Aristides Junqueira Alvarenga, Procurador-Geral Eleitoral. Às dezoito horas e trinta minutos foi aberta a sessão, sendo lida e aprovada a Ata da 58ª sessão.

JULGAMENTOS

- a) Mandado de Segurança nº 1.536 - Classe 2ª - Agravo Regimental - Amapá (Macapá).
Agravo Regimental interposto por Raimundo Azevedo Costa, contra despacho do Exmo. Sr. Ministro Relator Sepúlveda Pertence que revogando a liminar restabeleceu, si et in quantum, a eficácia do ato impugnado.
Agravante: Raimundo Azevedo Costa (Advº: Dr. José Perdiz de Jesus).
Relator: Ministro Sepúlveda Pertence.
Por unanimidade, o Tribunal negou provimento ao agravo.
Protocolo nº 5.033/92.
- b) Habeas Corpus nº 191 - Classe 1ª - São Paulo (São Paulo).
Habeas Corpus impetrado por BENVINDO FLAUSINO ALVES, visando a sustação de indiciamento em inquérito policial determinado pelo TRE, por crime capitulado no art. 347, do Código Eleitoral.
Paciente: Benvindo Flausino Alves.
Relator: Ministro Hugo Gueiros.
Por unanimidade, o Tribunal decidiu não conhecer do pedido.
Protocolo nº 3.070/92.
- c) Registro de Partido nº 237 - Classe 7ª - Embargos de Declaração - Distrito Federal (Brasília).
Embargos de Declaração opostos à Resolução nº 17.982, proferida no Registro de Partido nº 237 - Cls. 7ª - DF.
Embargantes: 1º) Paulo de Oliveira Filho, membro da Comissão Executiva Nacional do PBM. 2º) Partido Brasileiro de Mulheres - PBM, por sua Presidente (Advº: Dr. Gastão de Bem).

Relator: Ministro Torquato Jardim.

Por unanimidade, o Tribunal decidiu rejeitar os embargos.

Protocolo nº 3.264/92.

d) Representação nº 12.310 - Classe 10ª - Embargos de Declaração - Distrito Federal (Brasília).

Embargos de Declaração opostos ao Acórdão nº 12.151, de 19.12.91, nos autos da Representação nº 12.310 - Cls. 10ª - DF.

Embargante: Comissão Nacional Provisória do PSD (Advº: Dr. Eri Rodrigues Varela).

Relator: Ministro Américo Luz.

Por unanimidade, o Tribunal rejeitou os embargos.

Protocolo nº 1.762/92.

e) Processo nº 12.439 - Classe 10ª - Distrito Federal (Brasília).

Solicita o Partido Social Democrático - PSD, o registro do Diretório e Comissão Executiva Nacional, eleito em Convenção realizada em 26 de janeiro de 1992.

Interessado: Luiz Paccos Filho, Presidente da Comissão Executiva Nacional do PSD.

Relator: Ministro Américo Luz.

Pelo arquivamento. Decisão unânime.

Protocolo nº 1.044/92.

f) Processo nº 12.435 - Classe 10ª - Distrito Federal (Brasília).

Solicita a Comissão Diretora Nacional Provisória do Partido Social Democrático - PSD, o arquivamento das atas da Convenção Extraordinária realizada no dia 17 de novembro de 1991, em que dissolveu o Diretório Nacional nomeando Comissão Diretora Nacional Provisória.

Interessado: Cesmar Moura de Oliveira, Presidente da Comissão Diretora Nacional Provisória do PSD.

Relator: Ministro Américo Luz.

Prejudicado. Decisão unânime.

Protocolo nº 8.893/91.

g) Processo nº 12.676 - Classe 10ª - Distrito Federal (Brasília).

Solicita o Partido Democrático Trabalhista - PDT, o registro do novo Diretório Nacional e respectiva Comissão Executiva.

Relator: Ministro Hugo Gueiros.

Por unanimidade, o Tribunal deferiu o pedido.

Protocolo nº 4.161/92.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. E, para constar, eu, Alberto Veronese Aguiar, Secretário, lavrei a presente Ata que vai assinada pelo Senhor Ministro Presidente deste Tribunal. Brasília, 2 de junho de 1992.

Ministro PAULO BROSSARD, Presidente em exercício.

Subsecretaria Judiciária

Despachos

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 1.578 - Cls. 2a. - RORAIMA (Boa Vista)

Impetrante : Senador César Dias, Presidente da Comissão Interven-
tora.Relator : Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, Vice-Presidente no exer-
cício da Presidência.

Protocolo : 6.824/92

O Exmo. Sr. Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, Vice-Presidente no
exercício da Presidência, exarou o seguinte despacho:

"O Mandado de Segurança visa a prevenir liminarmente eventual liminar que, em Roraima, o Tribunal de Justiça ou o seu Presidente vi-
essem a deferir em Mandado de Segurança acaso requerido pelo ex-Presi-
dente do Diretório Regional do PMDB contra a realização de Convenções
do Partido, convocadas para domingo próximo.

Mas, é patente que o Mandado de Segurança preventivo não se
presta a remediar temores subjetivos do impetrante, e é manifesto que
para objetivar o recelo de coação ilegal não basta que, anteriorme-
nte, liminar semelhante à que agora se teme tenha sido concedida, embo-
ra suspensa por mim, na Presidência deste Tribunal.

De qualquer sorte, contra eventual liminar que se conceda, por
decisão individual, o Mandado de Segurança, acaso cabível, não seria
da competência originária do TSE (CF, a nossa recente decisão no caso
notório do PFL/SP). Contra ela poderia caber, em tese, a suspensão de
segurança, que, porém, há de ser examinada à vista dos termos da impe-
tração e da decisão a suspender.

Desse modo, sendo inequívoco o descabimento do pedido, indefi-
ro-o liminarmente, prejudicando o pedido cautelar.

Brasília, 17 de julho de 1992.

Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, Vice-Presidente no exercício da
Presidência".

SUSPENSÃO DE SEGURANÇA Nº 1.579 -Cls. 2a. - RORAIMA (Boa Vista)
Impetrante : Senador César Dias, Presidente da Comissão Interven-
: tora
Advogado : Dr. João Batista Fagundes
Impetrado : Presidente do TRE/RR
Relator : Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, Vice-Presidente no exer-
cício da Presidência
Protocolo : 6.827/92

O Exmo. Sr. Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, Vice-Presidente no exercício da Presidência, exarçou o seguinte despacho:
"Requer-se a suspensão de liminar hoje deferida pelo Ilmo. Presidente do TRE de Roraima, que suspendeu a realização da Convenção que, nesta data, se deveria realizar para escolha do Diretório Regional do Partido, uma vez dissolvido o anterior, por força de intervenção decretada pela Comissão Executiva Nacional, que se afirma retifica da pelo Diretório Nacional.
Defiro a suspensão.

Não obstante a intenção do pedido, por compreensíveis razões de vigência, não permite verificar com precisão os fundamentos da impetração liminarmente deferida, o certo é que é firme a jurisprudência do TSE no sentido de que a validade das Convenções Partidárias só pode ser questionada perante a Justiça Eleitoral, quando se tratar do registro de suas deliberações.

E quanto basta para que à primeira vista, se afigure flagrante mente ilegítima a sustação da realização de uma Convenção, que, em si mesma, não acarretará dano irreparável e eventuais direitos ao impe- trante.

Em consequência, suspendo os efeitos da liminar impugnada, ho- je deferida pelo Sr. Presidente do TRE/RR, no Mandado de Segurança re- querido por Almir Queiroz, em nome próprio e do PMDB.

Comunique-se com urgência.

Brasília, 19 de julho de 1992.

Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, Vice-Presidente no exercício da Presidência".

Superior Tribunal de Justiça

Presidência

ATO Nº 109, DE 20 DE JULHO DE 1992

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, resolve

NOMEAR MERCEDES ELIZABETH DEL CARMEN VON GLEHN DOS SANTOS para exercer, em caráter efetivo, por ter sido aprovada em concurso público realizado pelo Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos, o cargo de Técnico em Comunicação Social, Classe "A", Referência NS. 03, Código STJ-NS-931, do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Superior Tribunal de Justiça, em vaga decorrente do Ato 081/MP, de 21/05/92.

MINISTRO ANTÔNIO TORREÃO BRAZ



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional — IN
SIG — Quadra 6, Lote 800 — 70604-900 — Brasília/DF
Telefones: PABX: (061) 321-5566 — Fax: (061) 225-2046
Telex: (061) 1356
CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR
Coordenador de Produção Industrial

DIÁRIO DA JUSTIÇA — Seção I

Órgão destinado à publicação dos atos dos Tribunais Superiores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

JOSE EDMAR GOMES — MIGUEL FELIX DOS ANJOS
Editores

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias no horário das 7:30 às 13:00 horas. Qualquer reclamação deve ser encaminhada, por escrito, à Divisão de Jornais Oficiais no prazo de cinco dias úteis após a publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

Preços	Diário Oficial			Diário da Justiça	
	Seção I	Seção II	Seção III	Seção I	Seção II
Assinatura trimestral	R\$ 121.000,00	R\$ 31.000,00	R\$ 110.000,00	R\$ 122.400,00	R\$ 194.000,00
Portes:					
Superfície	R\$ 61.050,00	R\$ 30.030,00	R\$ 53.460,00	R\$ 61.050,00	R\$ 110.550,00
Aéreo	R\$ 156.420,00	R\$ 77.220,00	R\$ 156.420,00	R\$ 156.420,00	R\$ 283.140,00

Informações: Seção de Assinaturas e Vendas — SEAVEN/DICOM
Telefone: (061)226-6812
Horário: 7:30 às 19:00 horas

Tribunal Superior do Trabalho

Presidência

ATOS DE 17 DE JULHO DE 1992

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais estabelecidas no artigo 18, inciso XI, do Regimento Interno, ad referendum do Órgão Especial criado pela Resolução Administrativa nº 26/91 e tendo em vista o constante do Processo TST-17.903/92.6, resolve:

Nº 1.047 — Declarar vago o cargo da Categoria Funcional de Analista de Sistemas, Classe "A", Referência NS.05, do Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, em virtude de posse em cargo inacumulável do servidor PIERRE LUIGI SILVA, nos termos do artigo 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112/90, com efeitos a contar de 07 de julho de 1992.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais estabelecidas no artigo 18, inciso XI, do Regimento Interno, ad referendum do Órgão Especial criado pela Resolução Administrativa nº 26/91 e tendo em vista o constante do Processo TST-18.015/92.5, resolve:

Nº 1.048 — Declarar vago o cargo da Categoria Funcional de Atendente Judiciário, Classe "A", Referência NI.24, do Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, em virtude de posse em cargo inacumulável do servidor GILBERTO BUTES HOFF, nos termos do artigo 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112/90, com efeitos a contar de 07 de julho de 1992.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais estabelecidas no artigo 18, inciso XI, do Regimento Interno, ad referendum do Órgão Especial criado pela Resolução Administrativa nº 26/91 e tendo em vista o constante do Processo TST-18.026/92.6, resolve:

Nº 1.049 — Declarar vago o cargo da Categoria Funcional de Analista de Sistemas, Classe "A", Referência NS.05, do Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, ocupado pelo servidor JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA, em virtude de posse em outro cargo inacumulável, nos termos do artigo 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112/90, com efeitos a contar de 07 de julho de 1992.

MINISTRO JOSÉ AJURICABA DA COSTA E SILVA
Corregedor-Geral, no exercício da Presidência

RETIFICAÇÃO

À página 11090, do D.J. de 21.07.92, Seção I, no texto do ATO.GP.Nº 1042, de 15.07.92, onde se lê: a base de 25%, leia-se: a base de 50%.

Secretaria do Tribunal Pleno

Seção de Dissídios Coletivos

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO T S T Nº RO-DC-43047/92.3

CERTIFICO que a Seção de Dissídios Coletivos, hoje, em Sessão realizada sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Ministro Guimarães Falcão, com a presença do Excelentíssimo Senhor Subprocurador-Geral do Trabalho Doutor Afonso Henrique L. de Medeiros e dos Excelentíssimos Senhores Ministros Ursulino Santos, relator, Marcelo Pimentel, revisor, José Ajuricaba, José Francisco, Antônio Amaral e Ney Doyle, RESOLVEU suspender o julgamento do presente processo, em virtude do pedido de Vista Regimental, formulado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba, após: 1) Por maioria, negar provimento ao recurso, quanto à preliminar de incompetência funcional do Tribunal Regional do Trabalho, vencidos os Excelentíssimos Senhores Ministros Marcelo Pimentel, revisor, e Antônio Amaral que o proviam para extinguir o processo sem julgamento do mérito. 2) Os Excelentíssimos Senhores Ministros Ursulino Santos, relator, e Marcelo Pimentel, revisor, considerarem inexistente o movimento grevista e desde logo declararem extinto o processo, sem julgamento do mérito, eis que não houve paralisação de empregados com relação de emprego em vigor, tratando-se ainda este Dissídio Coletivo de matéria de natureza individual.

RECORRENTE: BANCO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S/A - BANDEPE
Sustentação Oral: Dr. José Alberto Couto Maciel

RECORRIDO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Sustentação Oral: Dr. Ricardo Estevão de Oliveira

Para constar, lavro a presente certidão, do que dou fé:

Sala de Sessões, 30 de junho de 1992.

NEIDE A. BORGES FERREIRA
Secretária do Tribunal Pleno

Superior Tribunal Militar

Presidência

ATOS DE 15 DE JULHO DE 1992

O GENERAL-DE-EXERCITO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso XXXIII, do Regimento Interno, e tendo em vista o que consta do Ofício nº 042/SA/PESS, de 01 JUL 92, da 1ª Aud Aer 1ª CJM, resolve

Nº 9.907 - NOMEAR, a partir de 15 JUN 92, nos termos do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 DEZ 90, a Drª SYLVIA REGINA COUTO MACHADO, Técnica Judiciária, classe "B", referência NS-21, do Quadro Permanente das Auditorias da Justiça Militar, para exercer, em vaga decorrente do falecimento de Maria Catarina Sales de Carvalho, o cargo de provimento em comissão de Diretor de Secretaria, código STM-DAS-101.5, da 1ª Auditoria da Aeronáutica da 1ª CJM.

O GENERAL-DE-EXERCITO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso XXXIII, do Regimento Interno, e tendo em vista o que consta do Telex nº 144, de 09 JUL 92, da 1ª Aud Mar 1ª CJM, resolve

Nº 9.908 - NOMEAR, a partir de 07 JUL 92, nos termos do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 DEZ 90, a Drª MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA AMARANTE DE MELO, Técnica Judiciária, classe "B", referência NS-21, do Quadro Permanente das Auditorias da Justiça Militar, para exercer, em vaga decorrente da aposentadoria de Maria Célia Calvis Moreira, o cargo de provimento em comissão de Diretor de Secretaria, código STM-DAS-101.5, da 1ª Auditoria da Marinha da 1ª CJM.

GEN EX HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA

Ordem dos Advogados do Brasil

Conselho Federal

Terceira Câmara

Atas

Ata da 231ª Sessão Ordinária, da 28ª Reunião da TERCEIRA CÂMARA DO CONSELHO FEDERAL / DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, realizada em Dez de junho do ano de Hum mil e novecentos e noventa e um, (10.06.91), às 15:00 horas, em seu Plenário, no Setor de Autarquias Sul, (SAS), Quadra 05, Lote 02, Brasília, Distrito Federal. Aos Dez dias do mês de junho do ano de Hum mil e novecentos e noventa e um (10.06.91), às 15:00 horas, reuniu-se a TERCEIRA CÂMARA DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, sob a Presidência do conselheiro Federal MAURO VIOTTO (PR), e Secretariada pelo Conselheiro Federal JOSÉ DE ALMEIDA COELHO (RR), presentes ainda os Senhores Conselheiros: JOÃO / HENRIQUE BLASI (SC), JORGE AUGUSTO JUNGAMN (GO), JOSÉ SIMIONI (MT), WADY SAUAIA (MA), CLÓVIS BARBOSA DE MELO (SE), IRAN DOS SANTOS BARBOSA (AM), JORGE ALEX NUNES ATHIAS (PA), JOÃO SANDES FILHO (TO), ÁLVARO VILLÇA AZEVEDO (SP), STÉLIO LOPES MENDONÇA (CE), JAIME PAZ DA SILVA (RS), RUBÉLIO LYRA LINS BAHIA (RN), EURÍPEDES BRITO CUNHA (BA), LUCIANA VILELA DE CARVALHO E VIANA BANDEIRA (MS), LUIZ ZVEITER (RJ); sendo justificadas as ausências dos seguintes Conselheiros: JOÃO TELXEIRA CAVALCANTE FILHO (AL), GILBERTO / MARTINS FILHO (ES), SIDNEY F. SAFE SILVEIRA (MG), DEUSDEDIT MENDES RIBEIRO (PI), URBANO VITALINO DE MELO FILHO (PE); e havendo número legal, foi aberta a Sessão, tendo sido feito um minuto de silêncio em memória da Sra. Lyda Monteiro; em seguida o Senhor Presidente cumprimentou a todos, e também o Senhor Secretário o fez, em prosseguimento a Egrégia Câmara aprovou a ata da Sessão anterior, dia 13 de maio de 1991, após as palavras de praxe dos Conselheiros e dos esclarecimentos prestados, foi mudada a ordem da pauta para dar preferência ao pedido de Vista do DOUTOR JORGE AUGUSTO JUNGAMN, no PROCESSO Nº 1144/TC/85. Assunto: Relatório e Contas. Seccional: OAB/RN. Exercício: 1984. Relator: Conselheiro DEUSDEDIT MENDES RIBEIRO. VISTA: Conselheiro JORGE / AUGUSTO JUNGAMN. Decisão: Suspensão o julgamento, face a ausência do Relator. O Senhor presidente leva ao conhecimento de todos a presença da DOUTORA ELENICE PEREIRA / CARILLE, Presidente da OAB/MS, e a convida para fazer parte da mesa; ela agradece e gentilmente recusa, esclarecendo que só estava esperando o julgamento de um Processo da Seccional do Mato Grosso do Sul. O DOUTOR JORGE AUGUSTO JUNGAMN, sugere que seja dada a preferência a este processo, já que a Senhora Presidente se encontra no Plenário só por esta razão. A preferência é concedida, e foi chamado a julgamento o PROCESSO Nº 1527/TC/91. Assunto: Eleições. Seccional: OAB/MS. Biênio: 1991/1993. Relator :

Conselheiro Wady Sauaia. Decisão: Acolhido o voto do Relator, à unanimidade, homologando a eleição na Seccional. Em seguida a Câmara atendeu a um pedido de preferência / feito pelo DOUTOR LUIZ ZVEITER, e chamou a julgamento o PROCESSO Nº 1562/TC/91. Assunto: Alteração do Regimento Interno. Seccional: OAB/RS. Relator: Conselheiro Luiz Zveiter. Decisão: À unanimidade, acolhido o voto do relator, homologando a alteração no Regimento Interno da OAB/RS. PROCESSO Nº 1545/TC/91. Assunto: Eleições. Seccional: OAB/SE. Biênio: 1991/1993. Relator: Conselheiro José Simioni. Decisão: Acolhido o voto do / Relator, à unanimidade, homologando as eleições na Seccional. PROCESSO Nº 1529/TC/91. Assunto: Eleições. Seccional: OAB/RN. Biênio: 1991/1993. Relator: Conselheiro Jorge / Augusto Jungmann. Decisão: Acolhido o voto do relator, à unanimidade, homologando as eleições na Seccional. PROCESSO Nº 1547/TC/91. Assunto: Eleições na 6ª Subseção de Cataguases. Seccional: OAB/MG. Biênio: 1989/1991. Relator: Conselheiro Deusdedit Mendes Ribeiro. Por motivos de força maior, o Conselheiro Relator, não pode comparecer ao julgamento, e o Senhor Secretário da Câmara foi Relator ad-hoc, lendo o relatório e o voto. Decisão: Acolhido o voto do relator, à unanimidade, mandando arquivar o Processo. PROCESSO Nº 1543/TC/91. Assunto: Criação da Subseção de Telêmaco Borba. Seccional: OAB/PR. Relator: Conselheiro Iran dos Santos Barbosa. Decisão: Acolhido o voto do Relator à unanimidade, aprovando os atos de criação. PROCESSO Nº 1542/TC/91. Assunto: Criação / da Subseção de Prudentópolis. Seccional: OAB/PR. Relator: Conselheiro Iran dos Santos Barbosa. Decisão: Acolhido o voto do Relator, à unanimidade, aprovando os atos de criação. PROCESSO Nº 1552/TC/91. Assunto: Criação da Subseção de Paracambi. Seccional: OAB/RJ. Relator: Conselheiro Iran dos Santos Barbosa. Decisão: Acolhido o voto do Relator à unanimidade, aprovando os atos de criação. PROCESSO Nº 1556/TC/91. Assunto: Criação da Subseção de São José do norte. Seccional: OAB/RS. Decisão: Acolhido o voto do Relator, à unanimidade, aprovando os atos de criação. PROCESSO Nº 1553/TC/91. Assunto : Criação da Subseção de Cristalina. Seccional: OAB/GO. Relator: Conselheiro Heitor Magalhães Lopes. Decisão: Adiado o julgamento face a ausência do relator. PROCESSO Nº 1472/TC/91. Assunto: Relatório e Contas, Seccional: OAB/CE. Exercício: 1988. Relator: Conselheiro Heitor Magalhães Lopes. Decisão: Adiado o julgamento face a ausência do relator. PROCESSO Nº 1491/TC/90. Assunto: Relatório e Contas, Seccional: OAB/TO. Exercício: 1989. Relator: Conselheiro Iran dos Santos Barbosa. Decisão: Acolhido, à unanimidade o voto do Relator, aprovando as contas da Seccional. PROCESSO Nº 1564/TC/91. Assunto: Relatório e Contas. Seccional: OAB/SE. Exercício: 1990. Relator: Conselheiro / Jorge Alex Nunes Athias. Decisão: Acolhido à unanimidade o voto do Relator, aprovando as contas, com a constituição do débito. Em seguida foi a julgamento (extra-pauta), o PROCESSO Nº 1565/TC/91. Assunto: Criação da Subseção na Comarca de Ipiracú. Seccional: OAB/ES. Relatora: Conselheira Luciana Vilela de Carvalho e Viana Bandeira. Decisão :

Aprovados os atos de criação, por maioria de votos, voto contra do Conselheiro José de Almeida Coelho, Senhor Secretário da Câmara, baseado em uma resolução da Câmara, que o mesmo não soube precisar o número nem a data de sua votação, mas que segundo o Conselheiro Iran dos Santos Barbosa, esta resolução diz que, para o pedido de homologação de Criação de Subseção, deve acompanhar, a relação dos nomes que comporão a Diretoria Provisória, esta Resolução não foi localizada nos arquivos da Câmara. PROCESSO Nº 1534/TC/91. (Julgado extra-pauta). Assunto: Eleições. Seccional: OAB/SC. Biênio: 1991/1993. Relator: Conselheiro José de Almeida Coelho. Decisão: Acolhido o voto do Relator, à unanimidade, homologando as eleições na Seccional. E não havendo / mais nada a tratar, o Senhor Presidente despediu-se, agradecendo a presença de todos do que para constar, eu JOSÉ DE ALMEIDA COELHO, Secretário da TERCEIRA CÂMARA DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, mandei datilografar a presente ata, e após conferida vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente. MAURO VIOTTO - Cons. / Fed. Presidente. JOSÉ DE ALMEIDA COELHO - Cons. Fed. Secretário. Aprovada na Sessão / do dia 08/07/91. Ata da 232ª Sessão Ordinária, da 28ª Reunião da TERCEIRA CÂMARA DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, realizada em oito de julho do ano de Hum mil e novecentos e noventa e um, (08/07/91), às 14:00 horas, em seu Plenário, no Setor de Autarquias Sul, (SAS), Quadra 05, Lote 02, Bloco "N", Brasília, Distrito Federal. Aos oito dias do mês de julho do ano de Hum mil e novecentos e noventa e um (08/07/91), às 14:00 horas, reuniu-se a TERCEIRA CÂMARA DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, sob a Presidência do Conselheiro Federal MAURO VIOTTO (PR), e Secretariada pelo Conselheiro Federal JOSÉ DE ALMEIDA COELHO (RR), presentes ainda os Senhores Conselheiros: Paulo Américo Maia de Vasconcelos (PB), João Henrique Blasi (SC), Jorge Alex Nunes Athias (PA), Wady Sauaia (MA), Heitor Magalhães Lopes (RO), Iran dos Santos Barbosa (AM), Jorge Augusto Jungmann (GO), Jaime Paz da Silva (RS), Stélio Lopes Mendonça (CE), João Teixeira Cavalcante Filho (AL), José Simioni (MT), Luciana Vilela de Carvalho e Viana Bandeira (MS); sendo justificadas as ausências / dos Senhores Conselheiros: Eurípedes Brito Cunha (BA), Urbano Vitalino de Mello Filho (PE), Deusdedit Mendes Ribeiro (PI), Álvaro Villça Azevedo (SP), Luiz Zveiter (RJ); e havendo número legal foi aberta a Sessão, tendo sido feito um minuto de silêncio em memória da Sra. Lyda Monteiro; em seguida a ata da Sessão anterior, dia 10 de junho de 1991, foi aprovada por maioria de votos, contra o voto do Conselheiro Secretário, José de Almeida Coelho, no sentido de que a ata deve ser elaborada pelo Secretário e deve ser o mais resumida possível. QUESTÃO PRELIMINAR: O Conselheiro Iran dos Santos Barbosa (AM), levantou a questão preliminar de nulidade da realização da presente Sessão, em vista de que a pauta que fora publicada, estar incorreta, isto porque, a mesma fora publicada convocando as Sessões para os dias 10 e 11 de junho do corrente ano, sendo que o certo deveria ser para os dias 08 e 09 de julho do corrente ano. Em resposta à questão de ordem levantada pelo Conselheiro Iran dos Santos / Barbosa (AM), o Presidente da Câmara, entendeu que realmente houve erro na publicação, mais que tal fato não causaria prejuízo, e portanto, não havendo prejuízo, obviamente não haveria nulidade, sendo coadunado pelo Conselheiro Jorge Augusto Jungmann (GO). O Conselheiro Iran dos Santos Barbosa em réplica ao decidido na Questão / de ordem, entendeu que houve grave ofensa ao Regimento Interno do Conselho Federal, no concerne ao art. 16, que é claro quando manda que a pauta seja publicada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, e em razão do não acatamento da Questão de Ordem, informado o Conselheiro Iran dos Santos Barbosa retirou-se do recinto da Terceira Câmara em protesto contra a decisão tomada pelo Presidente e solicitou desde logo fosse encaminhado ao Conselho Pleno do Conselho Federal da OAB, para decidir da legalidade ou não da presente Sessão, invocando os dispositivos legais e regimentais que regula a matéria. ORDEM DO DIA: PROCESSO Nº 1521/TC/91, 1522/TC/91, 1523/TC/91, 1524/TC/91 e 1558/TC/91. Assunto: Relatório e Contas. Seccional: OAB/PE. Exercício: 1986, 1987, 1988, 1989 e 1990 respectivamente. Relator: Conselheiro / Jorge Augusto Jungmann. Decisão: Pedido de vista pelo Conselheiro José de Almeida / Coelho. Em seguida foi chamado a julgamento o PROCESSO Nº 1488/TC/90. Assunto: Relatório e Contas. Seccional: OAB/SP. Exercício: 1989. Relator: Conselheiro Paulo Américo Maia de Vasconcelos. Decisão: À unanimidade de votos, homologar as contas da Seccional. PROCESSO Nº 1560/TC/91. Assunto: Relatório e Contas. Seccional: OAB/SP. Exercício: 1990. Relator: Conselheiro Paulo Américo Maia de Vasconcelos. Decisão: À unanimidade, homologar as contas da Seccional. PROCESSO Nº 1568/TC/91. Assunto: Relatório e Contas. Seccional: OAB/RS. Exercício: 1990. Relator: Conselheiro João Henrique Blasi. Decisão: Transformar o julgamento em diligência a pedido do Relator. PROCESSO Nº 1566/TC/91. Assunto: Relatório e Contas. Seccional: OAB/PA. Exercício: 1990. Relator: Conselheiro Stélio Lopes Mendonça. Decisão: Aprovado o voto do Relator, à unanimidade, homologando as contas da Seccional. PROCESSO Nº 1515/TC/90. Assunto: Relatório e contas. Seccional: OAB/PA. Exercício: 1989. Relator: Conselheiro Eurípedes Brito Cunha. Decisão: Adiar o julgamento, face a ausência do relator. PROCESSO Nº 1563/TC/91 Assunto: Relatório e Contas. Seccional: OAB/PI. Exercício: 1990. Relator: Conselheiro

roClóvia Barbosa de Melo. Decisão: Adiar o julgamento face a ausência do Relator. **PROCESSO Nº 1550/TC/91.** Assunto: DAN DEUTSCHER - Sociedade Civil de Advogados. Seccional: OAB/PR. Relator: Conselheiro João Sandes Filho. Decisão: Adiar o julgamento face a ausência do Relator. **PROCESSO Nº 1548/TC/91.** Assunto: Indicação e Resolução nº 7/95. Seccional: OAB/RJ. Relator: Conselheiro João Sandes Filho. Decisão: Adiar o julgamento face a ausência do Relator. **PROCESSO Nº 1567/TC/91.** Assunto: Criação da Subseção de Igrejinha. Seccional: OAB/RS. Relator: Conselheiro Rubélio Lyra Lins Bahia. Decisão: Adiar o julgamento face a ausência do Relator. **PROCESSO Nº 1472/TC/89.** Assunto: Relatório e Contas. Seccional: OAB/CE. Exercício: 1988. Relator: Conselheiro Heitor Magalhães Lopes. Decisão: À unanimidade, aprovado o voto do Relator, homologando as contas da Seccional. **PROCESSO Nº 1553/TC/91.** Assunto: Criação da Subseção de Cristalina. Seccional: OAB/GO. Relator: Conselheiro Heitor Magalhães Lopes. Decisão: Aprovado o voto do Relator, à unanimidade, homologando os atos de criação. **PROCESSO Nº 1570/TC/91.** Assunto: Criação da Subseção de Araucária. Seccional: OAB/PR. Relator: Conselheiro João Henrique Blasi. Decisão: Aprovado o voto do Relator, à unanimidade, homologando os atos de criação. **PROCESSOS Nºs 1406/TC/89 e 1480/TC/90.** Assunto: Relatório e Contas. Seccional: OAB/AC. Exercício: 1987 e 1988, respectivamente. (Diligência em 1990) Decisão: Adiado o julgamento a pedido do Relator. Usou da palavra o Conselheiro Presidente, para comunicar à Câmara que havia enviado um ofício ao Presidente da Seccional do Acre, dando uma última oportunidade à essa Seccional de cumprir a diligência solicitada pelo Conselheiro Relator, sob pena de intervenção na OAB, a Câmara apoiou por unanimidade a posição do Presidente. **PROCESSO Nº 1546/TC/91.** Assunto: Eleições. Seccional: OAB/MG. Biênio: 1991/1993. Relator: Conselheiro José de Almeida Coelho. Decisão: Após o voto do Relator, que é no sentido da não homologação da eleição, até que transite em julgado todas as ações em andamento na Justiça, houve pedido de Vista do Conselheiro Jorge Alex Nunes Athias (PA). **PROCESSO Nº 1528/TC/91.** Assunto: Eleições. Seccional: OAB/PA. Biênio: 1991/1993. Relator: Conselheiro Deusedit Mendes Ribeiro. (Diligência em 13/05/91). Decisão: Adiar o julgamento pelo não cumprimento da diligência e pela ausência do Relator. O Conselheiro João Teixeira Cavalcante Filho (AL), usou da palavra para esclarecer que a convocação que recebera da Câmara, estabelecia o horário às 15:00 horas, e quando chegara, os Processos dos quais havia se comprometido a relatar, já haviam sido relatados; O Conselheiro Presidente se desculpou pelo acontecido, e informou que havia antecipado o início da Sessão, devido a pedidos de alguns Conselheiros que tinham pressa em exaurir a pauta. O Conselheiro José de Almeida Coelho, após o pedido de vista, dos **PROCESSOS Nºs 1521/TC/91, 1522/TC/91, 1523/TC/91, 1524/TC/91 e 1558/TC/91.** Assunto: Relatório e Contas. Seccional: OAB/PE. Exercício: 1986, 1987, 1988, 1989 e 1990, respectivamente. Relator: Conselheiro Jorge Augusto Jungmann. Vista: Conselheiro José de Almeida Coelho; em homenagem ao pedido de diversos Conselheiros e até mesmo da bancada de Pernambuco, resolveu em aquiescer no sentido de "Vista em mesa". O Conselheiro Presidente suspendeu a Sessão por 30 (trinta) minutos e após isto fora a mesma reaberta, e o Conselheiro Coelho com a palavra, passou a expedir o seu parecer e voto: "Entendeu o Conselheiro Coelho, que quanto ao aspecto Contábil, nada tinha a opor, pois havia parecer fundamentado do Contador deste Conselho, certificando a regularidade das contas. Quanto ao aspecto de plano de trabalho da Seccional, entendeu que houvera com probidade e zelo com as coisas da OAB recebendo por isto do Conselheiro em questão recomendação de Seccional exemplar e até mesmo das poucas que tem cumprido as normas e regras do nosso Estatuto, atendendo as exigências que nele constam, como a de fazer o trabalho de incentivo do "Prêmio Jurídico", inclusive demonstrando que sempre tem premiado Advogados, com o referido prêmio. Deixou claro que é necessário os Relatores se aprofundarem mais nos Relatórios e até mesmo nos votos de Prestação de Contas e Balanços, para que se tome conhecimento / deva voz do que está acontecendo nas Seccionais e, não apenas aprovar as Contas e outros sem maiores delongas. O Conselheiro Coelho, comunicou que a partir de agora, será um fiscal rigoroso nas Prestações de Contas e Relatórios, mormente no que se refere aos Prêmios Jurídicos, maneira de incentivar os Advogados a se aprofundarem mais nos estudos de Direito, entendo que não divergia do Relator quanto às Contas; porém / quanto ao Relatório, entende que não houve maior profundidade no exame do que fora / feito pela Seccional em prol dos Advogados. Decisão: Homologar as Contas, com o adendo do voto do Conselheiro José de Almeida Coelho. **PROCESSO Nº 1506/TC/91.** Assunto: Relatório e Contas. Seccional: OAB/MT. Exercício: 1989. Relator: Conselheiro Deusedit Mendes Ribeiro. Relator designado para lavrar o acórdão: Conselheiro Gilberto Martins Filho (Autor da divergência, que venceu por maioria de votos). Decisão: Oficial ao Conselheiro Gilberto Martins Filho no sentido de elaborar o voto, acórdão e ementa correspondente à sua divergência. E não havendo mais nada a tratar, o Conselheiro Presidente encerrou a Sessão, agradecendo a presença de todos os Senhores Conselheiros; do que para constar, os **JOSÉ DE ALMEIDA COELHO**; Secretário da **TERCEIRA CÂMARA DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**, mandei datilografar a presente ata, que após conferida vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente. **MAURO VIOTTO** - Cons. Fed. Presidente. **JOSÉ DE ALMEIDA COELHO** - Cons. Fed. Secretário. Aprovada na Sessão do dia 12/08/1991. Ata da 233ª Sessão Ordinária, da 28ª Reunião da **TERCEIRA CÂMARA DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**, realizada em Doze de agosto do ano de Hum mil e novecentos e noventa e um, (12/08/91), às 14:00 horas, em seu Plenário no Setor de Autarquias Sul, (SAS), Quadra 05, Lote 02, Bloco "N", Brasília, Distrito Federal. Aos Doze dias do mês de agosto do ano de Hum mil e novecentos e noventa e um (12/08/91), às 14:00 horas, reuniu-se a **TERCEIRA CÂMARA DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**, sob a Presidência do Conselheiro Federal **MAURO VIOTTO** (PR) e Secretariada pelo Conselheiro Federal **JOSÉ DE ALMEIDA COELHO** (RR), presentes ainda os Senhores Conselheiros: João Henrique Blasi (SC), Jaime Paz da Silva (RS), Wady Sauaia (MA), Jorge Augusto Jungmann (GO), Jorge Alex Nunes Athias (PA), Rubélio Lyra Lins Bahia (RN), Urbano Vitalino de Mello Filho (PE), João Sandes Filho (TO), Iran dos Santos Barbosa (AM), Gilberto Martins Filho (ES), Luciana Vilela de Carvalho e Viana Bandeira (MS), Deusedit Mendes Ribeiro (PI), Álvaro Villaca Azevedo (SP), Sidney F. Safe Silveira (MG), Eurípedes Brito Cunha (BA); sendo justificadas as ausências dos Senhores Conselheiros: Stélio Lopes Mendonça (CE), José Simioni (MT), Carlos Eduardo Caputo Bastos (DF); e havendo número legal foi aberta a Sessão tendo sido feito um minuto de silêncio em memória da Sra. Lyda Monteiro; em seguida foi lida e aprovada a ATA da Sessão anterior, do dia oito de julho de 1991; O Conselheiro Iran dos Santos Barbosa (AM), apresentou a RESOLUÇÃO que disciplina a Criação das Subseções. Foi decidido formar um processo, designando o Conselheiro Wady Sauaia, para examinar o caso e relatá-lo. Foi discutida longamente a matéria relativa à Criação da Subseção de Ibiracú (ES). O Conselheiro Sidney F. Safe Silveira (MG), apresentou esclarecimento com referência à Prestação de Contas da Seccional de Minas Gerais, dizendo que os valores / apresentados foram maiores do que os constantes. O Secretário da Câmara, Conselheiro / José de Almeida Coelho, usando da palavra, elogiou a OAB/MG, pelo fato de ser, a seu ver, a Seccional que mais incentiva os advogados, no sentido de melhor se qualificar, e inclusive, a Caixa de Assistência tem um hospital próprio. **ORDEN DO DIA: 01 - PROCESSO Nº 1546/TC/91.** Assunto: Eleições. Seccional: OAB/MG. Biênio: 1991/1993. Relator: Conselheiro José de Almeida Coelho. Vista: Conselheiro Jorge Alex Nunes Athias. Decisão: Por maioria de votos, venceu a divergência apresentada pelo Conselheiro do PA, conforme voto nos autos. Quanto ao mérito a decisão foi unânime no sentido da homologação das eleições. O Conselheiro Relator e o Conselheiro do Amazonas, votaram / no sentido de ser acrescentado ao voto o seguinte: "Salvo decisão judicial". Foi designado para lavrar o acórdão, o autor da divergência, Conselheiro Jorge Alex Nunes Athias. **02 - PROCESSO Nº 1480/TC/90.** Assunto: Relatório e Contas. Seccional: OAB/AC. Exercício: 1988. Relator: Conselheiro Jorge Augusto Jungmann. (DILIGÊNCIA). Decisão:

Adiado o julgamento a pedido do Relator. **03 - PROCESSO Nº 1406/TC/89.** Assunto: Relatório e Contas. Seccional: OAB/AC. Exercício: 1987. Relator: Conselheiro Jorge Augusto Jungmann. (DILIGÊNCIA). Decisão: Adiado o julgamento a pedido do Relator. **04 - PROCESSO Nº 1528/TC/91.** Assunto: Eleições. Seccional: OAB/PA. Biênio: 1991/1993. Relator: Conselheiro Deusedit Mendes Ribeiro. (DILIGÊNCIA). Decisão: Adiado o julgamento a pedido do Relator. **05 - PROCESSO Nº 1568/TC/91.** Assunto: Relatório e Contas. Seccional: OAB/RS. Exercício: 1990. Devolvido o prazo pelo Relator, conforme solicitação do Presidente da Seccional. **06 - PROCESSO Nº 1550/TC/91.** Assunto: Registro de Livros Diários da Sociedade Civil de Advogados: Davi Deutscher. Seccional: OAB/PR. Relator: Conselheiro João Sandes Filho. Decisão: Após o voto do Relator que é no sentido de ficar facultado às sociedades civis de Advogados pleitear autenticação ou deixar de fazê-lo, o Conselheiro Urbano Vitalino de Mello Filho, apresenta divergência, no sentido de que face a natureza da matéria - CONSULTA - a 3ª Câmara é manifestamente incompetente para apreciá-la, ex-vi do disposto no art. 21, inciso I, letra A - combinado com o art. 69, inciso XXIV, parte primeira do Regulamento Interno deste Conselho Federal - determinando a remessa dos autos ao Egrégio Conselho Pleno, a quem cabe examinar; por maioria de votos, prevaleceu a divergência, ficando designado Relator para a redação do acórdão, o Conselheiro Urbano Vitalino de Mello Filho. **07 - PROCESSO Nº 1548/TC/91.** Assunto: Indicação e Resolução nº 95. Seccional: OAB/RJ. Relator: Conselheiro João Sandes Filho. Decisão: Aprovado o voto do Relator, à unanimidade, homologando a Resolução. **08 - PROCESSO Nº 1515/TC/91.** Assunto: Relatório e Contas. Seccional: OAB/PR. Exercício: 1989. Relator: Conselheiro Eurípedes Brito Cunha. Decisão: Aprovado o voto do Relator, homologando as contas, com observação do Conselheiro José de Almeida Coelho com relação ao Prêmio Jurídico. **09 - PROCESSO Nº 1567/TC/91.** Assunto: Criação da Subseção de Igrejinha. Seccional: OAB/RS. Relator: Conselheiro Rubélio Lyra Lins Bahia. Decisão: Aprovado o voto do Relator, à unanimidade, homologando os atos de criação. **10 - PROCESSO Nº 1563/TC/91.** Assunto: Relatório e Contas. Seccional: OAB/PI. Exercício: 1990. Relator: Conselheiro Clóvis Barbosa de Melo. Decisão: Adiado o julgamento face a ausência do Relator. **11 - PROCESSO Nº 1574/TC/91.** Assunto: Criação da Subseção de Santa Helena de Goiás. Seccional: OAB/GO. Relator: Conselheiro Iran dos Santos Barbosa. Decisão: Aprovado o voto do Relator, homologando os atos de criação. **12 - PROCESSO Nº 1573/TC/91.** Assunto: Eleições. Seccional: OAB/BA. Biênio: 1991/1993. Relator: Conselheiro Jorge Alex Nunes Athias. Decisão: Adiado o julgamento a pedido do Relator. **13 - PROCESSO Nº 1530/TC/91.** Assunto: Eleições. Seccional: OAB/PI. Biênio: 1991/1993. Relator: Conselheiro José Simioni. Decisão: Adiado o julgamento face a ausência do Relator. **14 - PROCESSO Nº 1575/TC/91.** Assunto: Registro da Sociedade Civil de Advogados: "Barbuto, Simões, Castro, Macedo e Miguez Advocacia". Seccional: OAB/MG. Relator: Conselheiro Wady Sauaia. Decisão: Aprovado o voto do Relator, à unanimidade, considerando a Câmara incompetente para este julgamento, devolvendo o processo à Seccional de origem. Em seguida por proposta do Conselheiro Secretário, foi aprovado pela Câmara, à unanimidade, um voto de profundo pesar pelo falecimento / do advogado **PAULO KREISTCHMANN**, do RS, sendo determinado à Secretaria, enviar ofícios com votos para a Seccional do RS, Caixa de Assistência e ainda a família enlutada. Logo após o Conselheiro Sidney F. Safe Silveira, apresentou proposta no sentido de aprovar um voto de pesar pelo falecimento do ex-Presidente do Instituto dos Advogados de MG, Dr. **NEWTON PASCAL DE OLIVEIRA**, tendo sido o mesmo aprovado à unanimidade pela Câmara e também pelo Presidente foi determinado à Secretaria enviar ofícios para a OAB/MG, e para o Instituto dos Advogados e ainda para a família enlutada. E nada mais havendo a tratar, o Conselheiro Presidente encerrou a Sessão, agradecendo a presença de todos; do que para constar eu, **JOSÉ DE ALMEIDA COELHO**, Secretário da **TERCEIRA CÂMARA DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**, mandei datilografar a presente ata, e após conferida vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente. **MAURO VIOTTO** - Cons. Fed. Presidente. **JOSÉ DE ALMEIDA COELHO** - Cons. Fed. Secretário. Aprovada na Sessão do dia 09/09/91. Ata da 234ª Sessão Ordinária, da 28ª Reunião da **TERCEIRA CÂMARA DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**, realizada no dia nove de setembro do ano de Hum mil e novecentos e noventa e um, (09/09/91), às 14:00 horas, em seu Plenário, no Setor de Autarquias Sul (SAS), Quadra 05, Lote 02, Bloco "N", Brasília, Distrito Federal. Aos nove dias do mês de setembro do ano de Hum mil e novecentos e noventa e um, (09/09/91), às 14:00 horas, reuniu-se a **TERCEIRA CÂMARA DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**, sob a Presidência do Conselheiro Federal **MAURO VIOTTO** (PR), e Secretariada pelo Conselheiro Federal **JOSÉ DE ALMEIDA COELHO** (RR); presentes ainda os Senhores Conselheiros: João Henrique Blasi (SC), João Teixeira Cavalcante Filho (AL), Jorge Alex Nunes Athias (PA), Wady Sauaia (MA), Heitor Magalhães Lopes (RO), Iran dos Santos Barbosa (AM), Carlos Eduardo Caputo Bastos (DF), Álvaro Villaca Azevedo (SP), Clóvis Barbosa de Melo (SE), Paulo Américo Maia de Vasconcelos (PB), Jaime Paz da Silva (RS), Eurípedes Brito Cunha (BA), Stélio Lopes Mendonça (CE), Jorge Augusto Jungmann (GO), Luciana Vilela de Carvalho e Viana Bandeira (MS), José Simioni (MT), Luiz Zveiter (RJ), Deusedit Mendes Ribeiro (PI), Urbano Vitalino de Mello Filho (PE); sendo justificada a ausência do Conselheiro Sidney F. Safe Silveira (MG). E havendo número legal foi aberta a Sessão tendo sido feito um minuto de silêncio em memória da Sra. Lyda Monteiro. Logo após foi lida e aprovada a ata da Sessão anterior, do dia 12 de agosto de 1991, com as seguintes retificações: Justificada a ausência do Conselheiro Luiz Zveiter (RJ); Já quanto ao pedido de vista feito pelo Conselheiro Federal de Goiás, Jorge Augusto Jungmann, no Processo nº 1144/TC/85, referente ao Relatório e Contas da Seccional do RN, exercício de 1984, foi o mesmo encaminhado ao Sr. Contador, para verificação se há ou não alguma pendência de débitos; logo após o Conselheiro Presidente fez, um breve relato da representação contra a 3ª Câmara feita pelo Conselheiro Iran dos Santos Barbosa prestando esclarecimentos e o Conselheiro Wady Sauaia, procurou demonstrar que o "affaire" não trazia nenhum benefício a quem quer que seja, e o Conselheiro Iran, após diversos pedidos aquiesceu em desistir da representação, dando o caso por encerrado. Dando prosseguimento o Conselheiro Secretário José de Almeida Coelho, saudou o novo integrante da Terceira Câmara Conselheiro Carlos Eduardo Caputo Bastos, da representação do Distrito Federal, dando as boas vindas, e enaltecendo as suas virtudes, esperando que o mesmo dê muito da sua inteligência para os advogados brasileiros, junto à esta Câmara, após o Conselheiro / Caputo, pediu a palavra e agradeceu a saudação que lhe foi dirigida pelo Conselheiro / Secretário José de Almeida Coelho. **ORDEN DO DIA: 01 - PROCESSO Nº 1480/TC/90.** Assunto: Relatório e Contas. Seccional: OAB/AC. Exercício: 1988. Relator: Conselheiro Jorge Augusto Jungmann. Decisão: Adiado o julgamento face ao não cumprimento da diligência. **02 - PROCESSO Nº 1406/TC/89.** Assunto: Relatório e Contas. Seccional: OAB/AC. Exercício: 1987. Relator: Conselheiro Jorge Augusto Jungmann. Decisão: Adiado o julgamento face ao não cumprimento da diligência. **03 - PROCESSO Nº 1582/TC/91.** Assunto: Eleições / na Subseção de Votorantim-SP. Recorrente: Izaías Domingues. Recorrida: OAB/SP. Biênio: 1991/1993. Relator: Conselheiro Luiz Zveiter. Decisão: Transformar o julgamento em diligência a pedido do Relator. **04 - PROCESSO Nº 1584/TC/91.** Assunto: Recurso de agravo de instrumento. Recorrente: Rivaldavia Xavier Nunes. Recorrido: Felicitissimo José de Sousa. Relator: Conselheiro Álvaro Villaca Azevedo. Decisão: À unanimidade, aprovado o voto do Relator, dando provimento ao recurso; e determinando a subida ao Conselho Federal, do processo que lhe deu causa. **05 - PROCESSO Nº 1581/TC/91.** Assunto: Eleições na Subseção de Pacaembu-SP. Recorrente: Massaru Nagau. Recorrida: OAB/SP. Biênio: 1991/1993. Relator: Conselheiro Eurípedes Brito Cunha. Decisão: À unanimidade de votos, negar provimento ao recurso. **06 - PROCESSO Nº 1528/TC/91.** Assunto: Eleições. Seccional: OAB/PA. Biênio: 1991/1993. Relator: Conselheiro Deusedit Mendes Ribeiro. Decisão: À unanimidade de votos, homologar as eleições, com exceção da Subseção de Santarém. **07 - PROCESSO Nº 1568/TC/91.** Assunto: Relatório e Contas. Seccional: OAB/RS. Exercício: